

OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas

CNPJ nº 11.866.604/0001-31

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A OAS Óleo e Gás S.A. e Controladas, submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhada do relatório do auditor independente.

| | | Balancetes patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|-------------------------------|---|--|------------|-------------|------------|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| Ativo | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 91.434 | 82.127 | 91.434 | 82.127 |
| Impostos a recuperar | | 510 | 244 | 510 | 244 |
| Total do ativo circulante | | 91.944 | 82.371 | 91.944 | 82.371 |
| Não circulante | | | | | |
| Outros ativos | | 844 | 575 | 844 | 575 |
| Investimentos | | 46 | - | - | - |
| Imobilizado | | 4 | 5 | 4 | 5 |
| Total do ativo não circulante | | 894 | 580 | 848 | 580 |
| Total do ativo | | 92.838 | 82.951 | 92.792 | 82.951 |

| | | Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|--|--|--|------------|-------------|------------|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 95.284 | 83.606 | 206 | 71.771 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | (107.004) | (72.092) |
| Ajuste acumulado de conversão | | - | - | (3.481) | (3.481) |
| Total do resultado abrangente do exercício | | - | - | 190 | 38 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 95.284 | 83.606 | 190 | 71.771 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | 396 | (10) |
| Ajuste acumulado de conversão | | - | - | 303 | 13 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | - | - | 303 | 6.982 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 95.284 | 83.606 | 699 | 75.452 |

Notas explicativas da Diretoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A OAS Óleo e Gás S.A. ("OAS O&G" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 29 de março de 2010, com o objetivo de realizar investimentos no setor de óleo e gás e petroleos. A sede social encontra-se na Avenida Engenheiro Manoel de Araújo, nº 13, em 12 de julho de 2024, foi aprovada a alteração do endereço da sede da Companhia para Salvador, Bahia. A área de atuação da Companhia compreende o desenvolvimento de projetos de apoio às operações de exploração e produção de petróleo e gás natural, incluindo o fretamento e a operação de unidades flutuantes de perfuração (navios-sonda), de unidades flutuantes de produção, armazenamento e descarga (FPSOs), unidades de tratamento, floteis e outras plataformas ou embarcações de apoio marítimo, bem como a propriedade e a operação de terminais logísticos de apoio. A Companhia, através de cinco empresas domiciliadas na Holanda (Cassino Drilling B.V. - "Cassino", Comandantubá Drilling B.V. - "Comandantubá", Curumim Drilling B.V. - "Curumim", Itapema Drilling B.V. - "Itapema" e Salinas Drilling B.V. - "Salinas"), em conjunto denominadas "SPES", todas coligadas a sua subsidiária indireta Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy"), era coproprietária de cinco navios-sonda, em estágio de construção, que foram afetados à Petrobrás Brasileiro S.A. - Petrosbras para a exploração da camada do pré-sal por um período de 15 anos, com opção de renovação por até mais 05 anos ("Projeto Sondas"). Em 6 de julho de 2015, a Seaworthy alienou a totalidade das ações que detinha nas SPES Cassino, Curumim e Salinas à Sete International One GmbH ("Sete International One"), acionista controladora das SPES. A Companhia também é quotista direta da Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas"), estabelecida no Brasil e criada especificamente para operar esses cinco navios.

1.1. Entidades da Companhia: A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e coligadas consideradas nas informações consolidadas:

| Empresas | Participação no capital social | |
|--|--------------------------------|------------|
| | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Controladas - consolidadas | | |
| OAS Oil & Gas GmbH ("OAS Oil & Gas") | Austria 100,00% | - 100,00% |
| Seaworthy Investment GmbH ("Seaworthy") | Austria - | 89,00% |
| Coligadas (método de equivalência patrimonial) | | |
| Atlas Serviços de Perfuração Ltda. ("Atlas") | Brasil 20,00% | - 20,00% |
| Comandantubá Drilling B.V. ("Comandantubá") | Holanda - | 25,00% |
| Itapema Drilling B.V. ("Itapema") | Holanda - | 25,00% |

Informações sobre as Investidas: Atlas: A Atlas é uma empresa estabelecida em Macaé, Rio de Janeiro fundada para atuar no setor de atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural. OAS Oil & Gas GmbH: A OAS Oil & Gas GmbH ("Oil & Gas") é uma holding estabelecida na Áustria para deter participação na controlada Seaworthy e suas coligadas estabelecidas na Holanda. Seaworthy: A investida indireta Seaworthy é uma holding estabelecida na Áustria para deter participação em cada uma das coligadas indiretas estabelecidas na Holanda (SPES Comandantubá e Itapema). Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém 89% do seu capital social. Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, as SPES assinaram contratos de fretamento dos navios-sonda, pelo prazo de 15 anos, com opção de renovação por até mais 05 anos. Os navios-sonda estavam em fase de construção e os trabalhos foram suspensos. A entrega dos navios-sonda ocorreu em maio de 2023. O contrato de participação das SPES Comandantubá e Itapema: Em 31 de dezembro de 2023, as SPES Itapema e Comandantubá tinham como acionistas a Sete International One GmbH, subsidiária integral da Sete Brasil S.A. ("Sete Brasil"), com 75% de participação, e a Seaworthy, com 25% de participação. Conforme mencionado acima, a Companhia alienou a totalidade das ações de determinadas SPES a Sete International One, todavia dada a divergência entre as partes quanto à inclusão, no cálculo do preço da opção, dos juros alegadamente devidos à Seaworthy, em razão de aquisição das ações "B" de sua titularidade na Salinas Drilling B.V., Cassino Drilling B.V. e Curumim Drilling B.V. pela Sete International One GmbH, realizada em setembro de 2012, o preço das opções ficou dividido em (i) parte incontroversa e (ii) parte controversa. Os valores incontroversos da venda montou US\$ 27.647, equivalentes a aproximadamente R\$ 86.897 (naquela data), os quais serão corrigidos pela taxa de juros de mercado, a partir da data em vigor, conforme adiante demonstrado, tendo como vencimento o dia 31 de agosto de 2015:

| SPE | Valor de venda em US\$ | Valor de venda aproximado em R\$ (*) |
|---------|------------------------|--------------------------------------|
| Cassino | 15.185 | 47.728 |
| Salinas | 6.146 | 19.317 |
| Curumim | 6.316 | 19.852 |
| | 27.647 | 86.897 |

(*) Taxa de câmbio de R\$ 3.1431, em 06 de julho de 2015.

Recuperação judicial: Em 29 de abril de 2016, a Sete Brasil Participações e Investimentos S.A. e suas controladas Sete Investimentos S.A., Sete Investimentos II S.A., Sete Holding GmbH, Sete International One GmbH e Sete International Two GmbH ingressaram com pedido de recuperação judicial na 3ª Vara Empresarial do Foro da Comarca do Rio de Janeiro, o qual foi aceito pelo Juízo em 15 de junho de 2016 somente para as empresas domiciliadas no Brasil. Dessa forma, não foram aceitos os pedidos de recuperação judicial da Sete Holding GmbH, da Sete International One GmbH e da Sete International Two GmbH. O Grupo Sete recorreu de tal decisão e, em 2 de setembro de 2016, a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu a inclusão dessas empresas no grupo de recuperação judicial em processo de recuperação judicial. A controlada indireta Seaworthy questiona judicialmente esta decisão e tenta revertê-la. A Seaworthy não deliberou a respeito do PRJ, por ser acionista das SPES Itapema e Comandantubá. Em 31 de dezembro de 2023, a Diretoria avalia que a recuperação dos recursos aplicados em Cassino, Curumim e Salinas dependendo do desfecho do processo de recuperação judicial do Grupo Sete Brasil, que possibilite à Sete International One possuir meios para saldar a sua obrigação. A Seaworthy consta no plano de RJ como Sócia B das SPES Itapema e Comandantubá, (75% do capital pertence à Sete International Two GmbH). Quanto às SPES Cassino, Curumim e Salinas, a Sete International One GmbH detém 100% do capital social. Em vista do desfecho da recuperação judicial, a Diretoria avalia que a recuperação judicial do grupo econômico, conforme anteriormente divulgado pela mídia e após a entrada do pedido de recuperação judicial das empresas do grupo Sete, com o passar dos anos, existem incertezas significativas acerca da capacidade da Sete International One honrar seus compromissos financeiros assumidos nos contratos de compra e venda das SPES Cassino, Curumim e Salinas. Assim, a Diretoria da Companhia também entende que, no cenário atual, não há perspectiva de retomada de nenhuma atividade relativa ao Projeto Sondas. Em 31 de dezembro de 2015 a Diretoria da Seaworthy decidiu reconhecer perda estimada por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) dos saldos dos investimentos em Itapema e Comandantubá, correspondente a R\$ 16.884, bem como pela totalidade dos recebíveis emergentes dos contratos de compra e venda das SPES Cassino, Curumim e Salinas, corrigido até esta data, o qual correspondia a R\$ 94.866. A Companhia continuará a monitorar a situação, enviando seus melhores esforços no sentido de encontrar alternativas para a recuperação dos investimentos feitos. Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da OAS Óleo e Gás S.A. autorizou a Diretoria a proceder com as seguintes medidas: (i) apresentar impugnação de crédito no RJ, para retificação de valor inscrito em favor da Seaworthy; e (ii) buscar, na recuperação judicial, a exclusão da Sete International One do procedimento, pelo fato de as partes serem domiciliadas no exterior, restando a responsabilidade do lançamento do crédito para a Seaworthy. A Seaworthy entende que a Seaworthy, ao mesmo naquele momento, não tornaria nenhuma outra ação para execução do crédito. Em 05 de outubro de 2016, a Seaworthy apresentou ao Administrador Judicial uma divergência de crédito, solicitando a retificação do valor de US\$ 27.647 para US\$ 29.487. Essa divergência foi acolhida no 2º edital de credores, resultando na atualização do crédito da Seaworthy para US\$ 29.487. Desde então, a Sete Brasil enfrentou desafios financeiros significativos, culminando com a decretação de sua falência pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em dezembro de 2024, devido ao não cumprimento do plano de recuperação judicial e a um passivo acumulado de aproximadamente R\$ 3 bilhões. O Ministério Público, em decisão favorável à Seaworthy, determinou a falência da Sete Brasil, reforçando a decisão judicial. Esses acontecimentos refletem a complexidade e os desafios enfrentados pela Sete Brasil em sua recuperação judicial, afetando diretamente os credores, incluindo a Seaworthy.

1.2 Processo de incorporação das controladas e futuro das operações da Companhia: Considerando a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil Participações S.A., - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos II S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Holding GmbH - Em Recuperação Judicial, Sete International One GmbH - Em Recuperação Judicial e Sete International Two GmbH - Em Recuperação Judicial, aprovado em Assembleia Geral de Credores encerrada em 09 de dezembro de 2023 (Processo nº 0142307/13.2015.19.0001) ("Plano"), ainda pendente de determinações formalizadas no que tange à implementação da proposta, as acionistas indiretas da Sociedade, Certha Investimentos S.A. e FI FGTS, deliberaram, em 2021, pela realização de um processo de *due diligence*. A decisão foi motivada pelo desinteresse de seus acionistas em manter a sociedade por meio dessas empresas, sinalizando a intenção de desfazê-la. O processo de *due diligence* incluiu a contratação de assessores jurídicos e financeiros, nas jurisdições pertinentes, para elaboração dos relatórios e cronograma necessário para encerramento das atividades, incluindo a análise e levantamento dos passivos e ativos das empresas, avaliação de obrigações legais e possíveis alternativas de reorganização societária, alienação de ativos e outras formas de desmobilização. A implementação do plano é de suma importância para o encerramento das atividades da OAS Óleo e Gás S.A. e suas investidas Seaworthy Investments GmbH e OAS Oil & Gas GmbH, pois, conforme previsto nas Cláusulas 10.5 do 4º Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial, uma vez realizado o pagamento do seu percentual e decorrente da implementação dos termos previstos no Plano, as partes terão mútua quitação dos créditos envolvendo o Projeto Sondas. No que tange as investidas, o encerramento das atividades poderá ocorrer por meio de incorporação, em conformidade com o estabelecido nas leis daquela jurisdição. Ressalta-se que a definição sobre o futuro das subsidiárias austríacas OAS Oil & Gas GmbH e Seaworthy Investments GmbH é de natureza crucial para o avanço do processo de recuperação judicial, influenciando diretamente o resultado do prazo para sua conclusão. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não foi formalizada decisão sobre o futuro da Companhia e suas investidas. A Administração avalia que, diante do volume relevante de recursos financeiros disponíveis, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia possui caixa suficiente para manter suas operações e honrar seus compromissos por um período mínimo de 12 meses após a data-base destas demonstrações financeiras, bem como para prestar o suporte financeiro necessário às suas investidas durante esse período. Assim, entende-se que a adoção da premissa de continuidade operacional é a mais apropriada para a elaboração destas demonstrações financeiras, tendo em vista o monitoramento dos desdobramentos e as decisões a serem tomadas cabíveis para reavaliar a base contábil aplicável, a medida que novas decisões forem formalizadas.

1.3 Recuperação Judicial do Grupo METHA: A Metha S.A. ("Metha") e a Certha Investimentos S.A. ("Certha") são acionistas indireta e direta, respectivamente, da OAS Óleo e Gás S.A., controladora indireta da Sociedade. Em 17 de outubro de 2023, a Metha, Certha e determinadas empresas do seu grupo econômico, em conjunto doravante denominadas "Companhias em recuperação", em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades; (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; e) ajuizamento, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto, nos termos da Lei de Recuperação Judicial. Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial, tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial), a EXM Partners Assessoria Empresarial Ltda., e determinando-se, ainda, a suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores, por 180 (cento e oitenta) dias. Devido ao pedido de recuperação judicial, as Companhias em recuperação ficam impedidas de alienar bens ou direitos do seu ativo não circulante, sem prévia autorização judicial. Referida restrição, resulta da necessidade de garantia de pagamento dos credores, uma vez que com a separação patrimonial decorrente da criação da sociedade, os credores somente têm acesso aos bens da devedora, que responde com todos os seus bens presentes e futuros para o cumprimento das obrigações. Conforme Nota Explicativa nº 13, o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores em 24 de abril de 2025. **1.4 Acordos com órgãos públicos firmados pela METHA:** Acordo de Leniência: A Controladora-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo METHA, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Neste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257 mil, em parcelas anuais, atualizadas pela Selic, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Deontes os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que o Grupo METHA volte a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho de Administrativo de Defesa Econômica): A Construtora COESA S.A. celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 a serem pagos em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento cujo valor deveria ser atualizado pela taxa Selic. As obrigações decorrentes do acordo de leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela METHA S.A.

2. Base de elaboração e políticas contábeis materiais das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: 2.1. Base de elaboração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico. b) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua ("a moeda funcional"). A conversão dos valores relativos a essas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas à taxa de câmbio da data da transação, e registradas em reais. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. c) Uso de estimativa e julgamento: A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas envolve o uso de estimativas e julgamentos, os quais são ativos da administração da Companhia e são inerentes ao processo de elaboração das demonstrações contábeis. As estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressupostos são revistas de maneira contínua e baseiam-se, entre outros fatores, na experiência histórica, incluindo expectativas de eventos futuros. Os efeitos das revisões de estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que a revisão é realizada e em quaisquer exercícios futuros afetados. **2.2. Políticas contábeis materiais:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente também no exercício anterior a) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Tais valores são registrados pelo seu custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. b) Instrumentos financeiros: *Ativos financeiros:* A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob a categoria (i) valor justo por meio do resultado abrangente, (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos, sem pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado ativo. Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativo circulante e compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A classificação ocorre com base tanto no modelo de negócio estabelecido pela entidade, para

A Administração

| | | Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|--|-----|--|------------|-------------|------------|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Despesas gerais e administrativas | 10 | (890) | (1.765) | (1.302) | (2.271) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | 10 | 2 | (7.706) | 2 | (7.706) |
| Despesas operacionais | | (888) | (9.471) | (1.300) | (9.977) |
| Prejuízo antes da provisão para perda em investimento, receitas (despesas) financeiras | | (888) | (9.471) | (1.300) | (9.977) |
| Provisão para perda em investimentos | 7 | (400) | (505) | (3) | (28) |
| Provisão (prejuízo) antes do resultado financeiro | | (1.288) | (9.976) | (1.303) | (10.005) |
| Recetas financeiras | | 10.829 | 9.242 | 10.829 | 9.242 |
| Despesas financeiras | | (1.508) | (1.680) | (1.508) | (1.680) |
| Resultado financeiro, líquido | 11 | 9.321 | 7.562 | 9.321 | 7.562 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | | 8.033 | (2.414) | 8.018 | (2.443) |
| Imposto de renda e contribuição social | | - | - | - | - |
| Corrente | 5.1 | (1.334) | (1.067) | (1.352) | (1.086) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | 6.699 | (3.481) | 6.666 | (3.529) |
| Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | 6.699 | (3.481) | 6.699 | (3.481) |
| Acionistas não controladores | | - | - | (33) | (48) |
| | | 6.699 | (3.481) | 6.666 | (3.529) |

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

| | | Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|--|--|---|------------|-------------|------------|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | 6.699 | (3.481) | 6.666 | (3.529) |
| Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes: | | | | | |
| Gainho (perda) na conversão de investimentos no exterior, líquido | | 303 | 190 | 316 | 228 |
| Total do resultado abrangente do exercício | | 7.002 | (3.291) | 6.982 | (3.301) |
| Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos: | | | | | |
| Acionistas controladores | | - | - | 7.002 | (3.291) |
| Acionistas não controladores | | 6.699 | (3.481) | (20) | (10) |
| | | 6.699 | (3.481) | 6.982 | (3.301) |

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

| | | Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$) | | | |
|---|--------|---|------------|-------------|------------|
| | | Controladora | | Consolidado | |
| | | 31/12/2023 | 31/12/2022 | 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | | 8.033 | (2.414) | 8.018 | (2.443) |
| Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social ao fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais: | | | | | |
| Provisão para perda em investimentos | 7 | 400 | 505 | 3 | 28 |
| Depreciação e amortização | 10 | 1 | 6 | 1 | 6 |
| Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos | (269) | 656 | (269) | 656 | 656 |
| Provisões para riscos processuais | 6 e 10 | - | 7.975 | - | 7.975 |
| (Aumento) redução nos ativos operacionais: | | | | | |
| Impostos a recuperar | (266) | (60) | - | (60) | (60) |
| Adiantamento a terceiros | - | 6 | - | 6 | (6) |
| Outros ativos | - | (511) | - | (511) | (506) |
| Aumento (redução) nos passivos operacionais: | | | | | |
| Fornecedores | 54 | 237 | (110) | 330 | 330 |
| Salários, provisões e contribuições sociais | - | (127) | - | (127) | (127) |
| Tributos e contribuições a recolher | 1.443 | 983 | 1.425 | 983 | 983 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | (419) | - | (419) | (419) |
| Outros passivos | - | 35 | - | 35 | 256 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais | | 9.396 | 6.872 | 9.068 | 6.673 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos: | | | | | |
| Aporte em investidas | 7 | (305) | (292) | - | - |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | (305) | (292) | - | - |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento: | | | | | |
| Crédito com partes relacionadas | | 216 | - | 216 | - |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento | | 216 | - | 216 | - |
| Efeito de variação na taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa | | - | - | 23 | (93) |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 9.307 | 6.580 | 9.307 | 6.580 |
| Caixa e equivalentes de caixa: | | | | | |
| No início do exercício | 3 | 82.127 | 75.547 | 82.127 | 75.547 |
| No final do exercício | 3 | 91.434 | 82.127 | 91.434 | 82.127 |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | | 9.307 | 6.580 | 9.307 | 6.580 |

6. Provisões para riscos processuais: A Companhia possui processos de natureza trabalhista. Esses processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos, mantém provisionado o montante de R\$ 7.975, conforme demonstrado a seguir: **Risco de perda provável:**

| | Controladora e consolidado |
|------------|----------------------------|
| 31/12/2023 | 31/12/2022 |
| 7.975 | 7.975 |
| 7.975 | 7.975 |

Processos trabalhistas

Total

A totalidade do saldo foi provisionada em 2022

914 16553346_1810.pdf

Código do documento: 914



Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Registro de Eventos:

18 out 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 914

Criado por: Lucas Cerqueira **Email:** lucas.cerqueira@grupoatarde.com.br

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:13-03:00

18 out 2025, 00:01:13 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:13-03:00

18 out 2025, 00:01:13 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

E-Mail: publicidade@grupoatarde.com.br

Emissor do Certificado: CN=EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130,
OU=videoconferencia, OU=24479762000180, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, L=Salvador, S=BA, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-10-18T00:01:13-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 5189601b05ad96a016df38054e4662648ed5c206a819dc8a0a752b42585853d2

[SHA512]: 5c29ba4f9394cd330684da79a17fd769a2e9fd18a11e145b3f05468b2f4be741d8407ba26a6a4c96ff4ab935d7c8325c1d84b946c87de7e8e400c46e6f378b73

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3